

Direção-Geral da Energia

Publicação de uma vaga para o cargo de conselheiro principal — coordenador especial da UE para a transição para energias limpas à escala mundial (m/f), (grau AD 14).

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2025/10474

Quem somos

A Direção-Geral da Energia está empenhada em promover uma economia europeia competitiva, garantir a segurança energética e acelerar a transição energética limpa e justa da Europa para que esta se torne o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Definimos políticas que visam desenvolver um sistema energético inovador, resiliente e integrado que proporcione um aprovisionamento contínuo de energia segura, fiável, limpa e a preços acessíveis aos seus cidadãos e às suas empresas, em consonância com as Orientações políticas da presidente.

A energia está no centro do Pacto da Indústria Limpa, uma componente fundamental para alcançar uma economia competitiva, sustentável e hipocarbónica e energia a preços acessíveis graças à transição para fontes de energia renováveis, à segurança do aprovisionamento, à eficiência energética e à adoção de tecnologias limpas. Procuramos fazer baixar os custos e os preços da energia para os consumidores, eliminar os obstáculos à transição energética e promover soluções energéticas que impulsionem a transição para preços acessíveis e para a neutralidade climática.

O que propomos

A função de conselheiro principal consiste em prestar aconselhamento e apoio ao diretor-geral no que respeita à Visão da UE em matéria de clima e energia à escala mundial, adotada em 16 de outubro de 2025. Esta visão descreve a abordagem estratégica da UE para uma cooperação mutuamente benéfica em matéria de energia e de clima, centrada na diplomacia, na cooperação técnica e regulamentar e na economia.

Sob a supervisão do diretor-geral (DG), o candidato selecionado deverá:

- Prestar aconselhamento estratégico e coordenar o trabalho do conselho externo das empresas em prol da transição para energias limpas a nível da UE, dialogando com as empresas e apoiando a abordagem Equipa Europa;
- Promover oportunidades internacionais para as indústrias de tecnologias limpas da UE organizando fóruns empresariais de alto nível e missões para a promoção das empresas, bem como criando parcerias de transição para energias limpas no âmbito da Estratégia Global Gateway.
- Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para facilitar os investimentos em energias limpas, desenvolver instrumentos financeiros de redução dos riscos e apoiar a implantação de tecnologias da UE em países parceiros;
- Assegurar uma coordenação coerente no seio da Comissão e com as partes interessadas externas, com vista a fazer avançar a diplomacia da UE em matéria de tecnologias limpas e a execução de planos de investimento para uma transição limpa e instrumentos conexos;

- Prestar aconselhamento estratégico sobre a cooperação no domínio da energia exposta na Visão da UE em matéria de clima e energia à escala mundial centrada na diplomacia, na cooperação técnica e regulamentar e na economia;
- Reforçar a cooperação no domínio das políticas e das regulamentações no que respeita a todos os aspetos da transição para energias limpas e resilientes, associando as entidades reguladoras, a sociedade civil, o meio académico e as empresas.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem possuir:

Qualidades pessoais

- Excelentes competências analíticas e capacidade para resolver problemas organizacionais e operacionais.
- Experiência de representação de uma organização a alto nível, tanto interna como externamente, associada a excelentes competências de comunicação, de representação e de negociação para encetar e manter eficazmente contactos de alto nível no seio da Comissão, bem como com outras instituições da UE e instituições internacionais, os Estados-Membros e outras partes interessadas pertinentes
- Integridade, capacidade de adaptação e resiliência sob pressão, bem como compromisso para com os valores do serviço público e objetivos organizacionais

Competências e experiência especializadas

- Excelentes conhecimentos e experiência no domínio das políticas energéticas da UE, em geral, e da política energética internacional, em particular, incluindo a descarbonização, as energias renováveis, a eficiência energética e os quadros de segurança energética
- Muito boa compreensão e experiência no que respeita aos desafios energéticos no contexto da diplomacia energética
- Muito boa compreensão da dimensão externa da política energética da UE, incluindo a diversificação do aprovisionamento, as interconexões das infraestruturas, as parcerias nos domínios do hidrogénio e das energias renováveis e a colaboração com países vizinhos e países parceiros
- Excelente conhecimento e compreensão das políticas e prioridades da Comissão.

Competências em matéria de assessoria

- Capacidade comprovada para desempenhar funções consultivas de alto nível no que diz respeito à política energética;
- excelente juízo político e compreensão de um contexto político complexo e capacidade para desenvolver uma visão global da política da DG Energia;
- capacidade para prestar aconselhamento estratégico, político e em matéria de comunicação sobre questões complexas nos domínios da diplomacia, da colaboração técnica/regulamentar e económica.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- Nacionalidade: ser nacional de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários comprovados por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos,
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovado por um diploma, e experiência profissional relevante de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode ser incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).

Só serão tidos em consideração os diplomas obtidos em Estados-Membros da UE ou que tenham sido objeto de certificados de equivalência emitidos pelas autoridades de um dos Estados-Membros.

- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ de um nível correspondente às habilitações acima mencionadas.
- Experiência de assessoria: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de assessoria de alto nível².
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia³ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que uma parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos ainda não devem ter atingido a idade normal da reforma, que, para os funcionários da União Europeia corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁴).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários

¹ Só é tida em conta a experiência profissional que decorra de verdadeiras relações de trabalho, definidas como implicando trabalho efetivo, genuíno e remunerado, como trabalhador por conta de outrem (qualquer que seja o tipo de contrato) ou como prestador de serviços. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma única vez.

² Nos seus currículos, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de assessoria, os elementos seguintes: (1) A designação e a natureza dos cargos exercidos; (2) O domínio exato e o nível do cargo exercido na organização (número de graus hierárquicos superiores e inferiores); (31) A estrutura hierárquica de cada cargo exercido.

³ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&qid=1408533709461&from=PT><https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

superiores⁵).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção. Os candidatos podem ser convidados a apresentar documentos comprovativos das informações constantes da sua candidatura em qualquer momento do procedimento de seleção. A não apresentação desses documentos dentro do prazo definido pode levar à sua exclusão do processo de seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações (CCN) da Comissão Europeia. Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos em recursos humanos. Em função dos resultados da entrevista e do relatório do centro de avaliação, o CCN elaborará uma lista restrita dos candidatos que considere aptos para o cargo em causa.

Os candidatos que figurem na lista restrita do CCN serão entrevistados pelo membro ou membros da Comissão competentes.

Na sequência dessas entrevistas, a Comissão Europeia adota uma decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir ou estar em condições de obter junto da respetiva autoridade nacional competente em matéria de segurança um certificado de credenciação de segurança válido. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas depois de emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e depois de concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias fornecidas pela Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão Europeia persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, uma maior igualdade de género e um maior equilíbrio geográfico em geral.

⁵ https://commission.europa.eu/publications/documents-senior-management-selection-procedures_en (existe apenas em inglês)

Condições do contrato de trabalho

A remuneração e as condições de emprego estão estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado é recrutado como funcionário de grau AD 14. A classificação no escalão 1 ou 2 do grau é feita em função da duração da sua experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deverá observar o requisito previsto no Estatuto dos Funcionários que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é Bruxelas (Bélgica).

Independência e declaração de interesses

Os candidatos devem apresentar uma declaração na qual se comprometem a agir no interesse público e com independência e declarar eventuais interesses que possam pôr em causa a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados ao secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁶. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Procedimento de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no que respeita aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de um desses requisitos de admissibilidade implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se através do sítio Web abaixo indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

⁶ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço de correio eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer língua oficial da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Depois de terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem de correio eletrónico a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se um candidato não receber uma mensagem de correio eletrónico de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada!**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar da situação da sua candidatura.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, queira enviar uma mensagem de correio eletrónico para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos interessados que não esperem pelos últimos dias para apresentarem a candidatura, pois uma saturação excecional das linhas ou qualquer falha da ligação à Internet pode interromper a inscrição em linha antes de estar concluída, obrigando à repetição de todo o processo. Depois de terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

O prazo para o registo das candidaturas termina no dia **23 de dezembro de 2025, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições deixam de ser possíveis.

⁷ Para informações sobre a elaboração de um CV Europass em linha, queira consultar: <https://europa.eu/europass/en/create-europass-cv>